

EDITORIAL

NEOFASCISMO E ANTICIENTIFICISMO COMO ESTRATÉGIA ATUAL DA BURGUESIA PARA ENFRENTAR A CRISE ORGÂNICA DO CAPITAL

NEOFASCISM AND ANTICIENTIFICISM AS CURRENT STRATEGY OF BURGUESY TO
FACE THE ORGANIC CRISIS OF CAPITAL

NEOFASCISMO Y ANTICIENTIFICISMO COMO ESTRATEGIA ACTUAL DE BURGUESIA
PARA ENFRENTAR LA CRISIS ORGÁNICA DEL CAPITAL

José dos Santos Souza
(Editor da RTPS, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v5i8.417>

RESUMO: neste editorial, busca-se pontuar aspectos da conjuntura brasileira atual que vem condicionando o trabalho acadêmico, a política de ciência e tecnologia e o enfrentamento à pandemia do COVID-19. A partir desta análise conjuntural, busca-se situar a pertinência e relevância do trabalho de editoração científica como forma de enfrentamento dos obstáculos que a conjuntura impõe ao avanço do pensamento crítico e autônomo. É nesta perspectiva que o trabalho editorial da RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade é apresentado, destacando-se os novos desafios que se somam aos mais antigos.

Palavras-chave: Editoração Científica, Trabalho, Política, Sociologia.

ABSTRACT: in this editorial, we seek to highlight aspects of the current Brazilian situation that has been conditioning academic work, science and technology policy and coping with the COVID-19 pandemic. From this conjunctural analysis, it seeks to situate the pertinence and relevance of scientific publishing work as a way to face the obstacles that the conjuncture imposes to the advancement of critical and autonomous thinking. It is in this perspective that the editorial work of *RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade* is presented, highlighting the new challenges that add to the older ones.

Keywords: Scientific Publishing, Work, Politics, Sociology.

RESUMEN: en este editorial, buscamos resaltar aspectos de la situación brasileña actual que condicionan el trabajo académico, la política científica y tecnológica y el combate a la pandemia del COVID-19. A partir de este análisis coyuntural, se busca situar la pertinencia y relevancia del trabajo de publicación científica como una forma de enfrentar los obstáculos que la coyuntura impone al avance del pensamiento crítico y autónomo. Es desde esta perspectiva que se presenta el trabajo editorial de *RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade*, destacando los nuevos desafíos que se suman a los más antiguos.

Palabras clave: publicación científica, trabajo, política, sociología.

Este número da *RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade* foi concluído em momento completamente atípico por conta da Pandemia do Coronavírus. No momento em que este Editorial era escrito, em 20 de maio de 2020, o País havia atingido o número de 291.579 infectados, 17.971 mortes e ainda havia 3.483 óbitos suspeitos em investigação. Poderia ser motivo para comemorar os 116.683 pacientes que já haviam se recuperado da doença até aquela data, não fosse a notícia de que naquelas últimas 24 horas 1.179 óbitos haviam ocorrido pela doença causada pelo COVID-19, com média de uma morte a cada 73 segundos (UOL, 19/05/2020; 20/05/2020). E pelo que se lia em praticamente todos os jornais, não havia boas perspectivas de superação do quadro caótico, pois tudo indicava que o país caminhava para se tornar o mais novo epicentro da pandemia, o que a imprensa nacional e internacional anunciava no dia seguinte.

No Brasil, a nefasta Pandemia do Coronavírus chegou quando o desastroso governo de Jair Bolsonaro experimentava suas mais grotescas manifestações de identidade com o neofascismo. Não que esta identidade não tivesse ficado bastante clara desde o início de sua campanha eleitoral, mas é nesse momento que tal identidade tem se materializado em ações concretas, com impactos sociais devastadores, como por exemplo, a ação do governo federal no enfrentamento da Pandemia do Coronavírus. Além da notória incompetência do governo para enfrentamento de grandes problemas estruturais da nação, chega a ser estarrecedora a forma como o presidente e seu ministério se comporta diante dos problemas sociais. Diante do desespero da população mais vulnerável acometida pelos efeitos econômicos da Pandemia, o governo age com desdém, ironias e fomenta o negacionismo para relativizar os impactos da doença causada pelo COVID-19 na saúde dos trabalhadores e na vida em sociedade. Os noticiários não param de relatar os pronunciamentos do presidente em que ele desrespeita a dor do luto dos que perdem seus entes queridos. É indecente a forma como um chefe de Estado desdenha do número de óbitos causados pela infecção do COVID-19 justamente quando olhares do mundo inteiro se voltam para seu país apontando-o como o mais recente epicentro da Pandemia. Em resposta às críticas dos jornais mais importantes da mídia mundial – como por exemplo, os ingleses *Financial Times* e *The Telegraph*; o *The New York Times*, *El País*, e a rede de televisão CNN – Jair Bolsonaro reage com argumentos infundados acusando-os de serem de esquerda, assim como afirma ser a mídia nacional que o critica.

Mas que governo é este? Quem ele representa? Apesar de evidentes traços neofascistas, em lugar do ultranacionalismo típico desta ideologia política, o governo Bolsonaro se instituiu a partir do entreguismo como plataforma governamental. Não foi por acaso que, na semana da pátria, quando se comemora a independência do Brasil, Jair Bolsonaro tenha pousado em foto ostentando a bandeira do Estados Unidos. Entretanto, desde a campanha eleitoral, o governo de Jair Bolsonaro conserva as características autoritárias típicas de um projeto político neofascista, com demonstrações de ímpeto para o exercício de poder ditatorial, para reprimir as forças opositoras com uso da força repressiva do Estado. Esse ímpeto também não se furta de propagar ideias anticomunistas e para arregimentar os segmentos mais conservadores da sociedade, em especial uma determinada fração do empresariado mobilizada em defesa incondicional do lucro acima

da vida humana. O desprezo pelas instituições democráticas, o moralismo e a religiosidade cristã de vertente neopentecostal articulados aos valores mais sórdidos da sociedade brasileira – racismo, homofobia, misoginia, xenofobia, discriminação de classe social etc. – são as bases ideológicas que sustentaram a condução de Jair Bolsonaro ao poder, as quais podem tranquilamente ser classificadas como neofascistas. Observe-se que:

O neofascismo não é a repetição do fascismo dos anos 1930: é um fenômeno novo, com características do século 21. Por exemplo, não toma a forma de uma ditadura policial, mas respeita algumas formas democráticas: eleições, pluralismo partidário, liberdade de imprensa, existência de um Parlamento etc. Naturalmente, trata, na medida do possível, de limitar ao máximo estas liberdades democráticas, com medidas autoritárias et [sic] repressivas. Tampouco se apoia em tropas de choque armadas, como o eram as SA alemãs ou o Fascio italiano.

Isto vale também para Bolsonaro: ele não é nem Hitler nem Mussolini, e não tem nem mesmo como referência a versão brasileira do fascismo nos anos 1930, o integralismo de Plínio Salgado. Enquanto que o fascismo clássico propugnava a intervenção massiva do Estado na economia, o neofascismo de Bolsonaro é totalmente identificado com o neo-liberalismo, e tem por objetivo impor uma política sócio-econômica favorável à oligarquia, sem nenhuma das pretensões "sociais" do fascismo antigo (LÖWY, 2020, p. 148).

O anticientificismo também é uma marca do governo Jair Bolsonaro. Trata-se da adesão do presidente e de seus correligionários a certo movimento contrário à ideia de que a ciência é uma forma legítima de interpretação da realidade. Assim, é notória a forma como o presidente Jair Bolsonaro se opõe pública e excessivamente a tudo que se relaciona com a ciência, com métodos científicos e com a sua aplicação em qualquer esfera da vida. Esse anticientificismo muitas vezes se manifesta por meio do negacionismo, um comportamento tosco que nega a realidade para se esquivar do que ela empiricamente evidencia, de modo que pensa e age estupidamente, sem qualquer validação de eventos ou experiências históricas que referenciem tal ação ou pensamento¹. Talvez essa seja a forma encontrada para sustentar suas proposições políticas e ideológicas, seus atos e atitudes, livrando-as de qualquer compromisso de validação científica, ética ou moral. Mas esta postura anticientificista não foi inaugurada por Jair Bolsonaro e seus seguidores. No final dos anos 1990, já havia denúncias a este tipo de movimento e a constatação da polarização que ele impõe:

A este anticientificismo popular acrescenta-se, no plano filosófico, a existência de críticas radicais à ciência, como as que se encontram em muitos escritos da Escola de Frankfurt, e o fortalecimento de tendências relativistas e irracionalistas presentes, por exemplo, no anarquismo metodológico de Feyerabend e no desconstrucionismo de origem francesa. Enquanto isso, o pensamento oficial (ou "pensamento único", como tem sido chamado nestes

¹ Exemplo deste tipo de comportamento mobilizado pela ideologia política do Governo Bolsonaro é a atitude de Renan da Silva Sena, funcionário terceirizado da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, eleitor do presidente, que agrediu enfermeiras que faziam protesto pacífico em frente à Catedral de Brasília (COSTA, 2020). Outro exemplo, o fato de bolsonaristas fazerem carreta contra isolamento e paralisam por horas o acesso a um hospital em São Paulo, gritando palavras de ordem, pedindo a saída do governador do estado, João Doria (ESTADO DE MINAS, 2020), dentre inúmeros outros exemplos toscos poderíamos mencionar aqui.

tempos de neoliberalismo e globalização) que determina as decisões sobre a ciência que são efetivamente tomadas, continua fixado em umas tantas pressuposições, como se fossem dogmas: que a ciência é sempre benéfica para a humanidade, que sem ciência não há desenvolvimento, de que hoje, com a globalização, mais do que nunca a ciência é imprescindível para qualquer país que pretenda ter sucesso na arena da competição internacional. Claramente, há algo de estranho em tudo isso (OLIVEIRA, 1998, s./p., texto em html).

Hoje, o neofascismo e o anticientificismo constituem as bases ideológicas que orientam a condução das ações governamentais em geral, e as de educação, saúde e segurança pública, em particular. Não só as do governo federal, mas de alguns governos de estados da federação e de municípios. Entretanto, ninguém que apostou no Governo Bolsonaro à época da campanha eleitoral pode se dizer enganado por esses encaminhamentos, da mesma forma que ninguém que antes o apoiou pode agora acusá-lo de traição. Afinal, todas estas características não só foram explicitadas no período eleitoral, como foram ovacionadas pelos apoiadores que passaram a chamá-lo de “mito”. No máximo, os arrependidos de hoje podem manifestar sua decepção com a notória incompetência do presidente e de seus ministros na condução de um projeto notadamente neofascista. O maior desastre, no entanto, é que as consequências desta incompetência atingem a todo o povo brasileiro, especialmente os mais pobres, tenham eles votado ou não nesse governo. O que não sabemos é se seu êxito teria causado danos ainda maiores.

O caráter neofascista do Governo Bolsonaro, ainda que em uma forma caricata ou talvez subalterna, dependente, materializa-se no Brasil como opção estratégica da Burguesia para superar a crise orgânica do capital que se arrasta desde os anos 1970.

A crise orgânica do capital, por diferentes perspectivas analíticas, já foi evidenciada por inúmeros teóricos, como por exemplo: Hobsbawn (2008), Mészáros (2002), Harvey (1992), Chesnais (1997), Antunes (2000), Anderson (1995), Alves (2000). Todos estes autores concordam com a evidência de que a ordem de produção e reprodução social da vida material sob a égide do capital está abalada por uma crise estrutural. Esta crise impõe para a burguesia demandas de reestruturação do trabalho e da produção, bem como de reconfiguração de seus mecanismos de mediação do conflito entre as classes sociais para manter sua hegemonia. No contexto desta recomposição burguesa, percebe-se certa complexificação das relações políticas entre os diversos aparelhos privados de hegemonia, como também a relação entre o Estado e a sociedade. É nesse contexto em que se desencadeia a reforma gerencial do Estado, como parte dessa recomposição burguesa que, em linhas gerais, consiste na propagação da “Nova Gestão Pública” como um receituário para enxugar a máquina administrativa do Estado, flexibilizar a prestação de serviços e redirecionar o uso do fundo público (SOUZA, 2017). À propósito, redirecionar o uso do fundo público é a finalidade precípua desta reforma do Estado, antes gerido pela lógica da regulação social de tipo keynesiano, que agora passa a ser gerido pela lógica do “Estado Mínimo” defendida por Hayek (2010) e Friedman (1990).

Uma das evidências de que o governo Bolsonaro materializa a opção neofascista da burguesia para encaminhar sua agenda neoliberal consiste na ação do governo, logo no início do agravamento da Pandemia do Coronavírus no Brasil, quando o Ministério da

Economia liberou por intermédio do Banco Central R\$1,2 trilhão para os bancos, justamente o setor que mais ganha dinheiro no Brasil, para garantir-lhes maior liquidez durante a crise causada pela pandemia. Entretanto, a ajuda emergencial para trabalhadores em situação mais vulnerável e os micro empreendedores individuais, o governo queria limitar o auxílio em R\$200 por mês, crueldade amenizada pelo Congresso, que barrou a proposta do executivo e aprovou um auxílio emergencial que varia de R\$600 a R\$1.200 por família. “Se no caso da benesse aos banqueiros o governo agiu rápido, no caso do socorro a quem mais precisa o dinheiro demora a sair e Guedes [Ministro da Economia] culpa a burocracia do Estado, que no caso do sistema financeiro não atrapalhou o auxílio trilionário” (SINDICATO DOS BANCÁRIOS, 2020).

Esta ação governamental segue orientação bastante semelhante àquela do Governo Golpista de Michel Temer, quando em uma mesma semana deu fim ao Programa Farmácia Popular², criado pelo Governo Lula da Silva em 2004 (SINDSEP-PE, 2018), e perdoou uma dívida do Banco Itaú à Receita Federal no valor de R\$ 25 bilhões (PODER-360, 2017; CONTRAF-CUT, 2017). Observe-se que com a quantia perdoadada ao Banco Itaú, seria possível financiar o Programa Farmácia Popular por 250 anos! Ou seja, o projeto político ultraconservador no Brasil tem sido bastante eficaz na reorientação do uso do fundo público, uma meta central na agenda neoliberal.

Estes exemplos ilustram um projeto político que alinhou o país com o fracasso que inúmeros outros países que vêm adotando o receituário neoliberal enfrentam. No Brasil, esta orientação política cuja gestão agora é delegada à fração neofascista se materializou da seguinte forma:

O teto de gastos, a perda de direitos trabalhistas, o retrocesso na Previdência, os ataques às organizações da sociedade civil, o congelamento do salário mínimo e do Bolsa Família e outras medidas tiveram como denominador comum o travamento da renda e do acesso aos bens de consumo coletivo pelo grosso da população, enquanto se expandia radicalmente o lucro dos bancos e dos grandes aplicadores financeiros (DOWBOR, 2020, p. 113).

Neste sentido, o caráter ultraconservador do modelo de regulação social proposto por Bolsonaro combinado com uma visão ultraliberal de organização do trabalho e da produção, resguardados por uma postura agressivamente anticomunista, tornou a ideologia política neofascista uma alternativa de enfrentamento da crise orgânica do capital por parte de determinada fração da classe burguesa no Brasil. Trata-se de um movimento que extrapola a esfera nacional e que se articula com a ascensão ao poder de Donald Trump, como presidente dos Estados Unidos; Matteo Salvini, como vice-primeiro-ministro da Itália; Viktor Orbán, como premier da húngria; Shinzo Abe, como primeiro-ministro do Japão; Narendra Modi, como primeiro-ministro da Índia. Como bem observado por Lopes (2019, s./p., *texto em html*),

Além de Estados Unidos, Itália e Hungria, o Brasil de Bolsonaro pode ser encontrado, em maior ou menor grau de semelhanças, na retórica e na prática de líderes como o ex-primeiro-

² O fim deste Programa significou o fechamento de 400 farmácias públicas administradas pelo governo federal que distribuíam gratuitamente 112 tipos de medicamentos essenciais e custava ao governo 100 milhões/ano.

ministro da Polônia Jaroslaw Kaczynski, no presidente das Filipinas, Rodrigo Duterte, e seu discurso pró-armas e no personalismo do premier israelense, Benjamin Netanyahu.

Todavia, as medidas governamentais orientadas por esse tipo de movimento ultraconservador, quando aplicadas em países dependentes como o Brasil, ganham contornos muito mais perversos. Quando esta situação se dá em tempos de pandemia então, a perversidade aproxima-se do grotesco. Um exemplo disto foi a relutância do Governo Federal em reconhecer a necessidade do isolamento social sem qualquer fundamento científico, contrariando todas as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), as organizações da sociedade civil brasileira da área de saúde, as instituições especializadas em controle de doenças infecto contagiosas, como a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Quando todas as instituições nacionais e internacionais recomendaram o isolamento, tomando por base os fundamentos científicos da área de saúde, o presidente do país e seus apoiadores defendiam a tese infundada de que seria importante o contato da população com o COVID-19 para garantir a imunização, ainda que isto significasse a morte milhares de pessoas.

Na ocasião, um de seus seguidores mais ferrenhos, um grande empresário do ramo de restaurantes *fast food* direcionado para o público de classe média alta, ilustrou bem o caráter grotesco do posicionamento do governo frente à Pandemia, quando chocou o país ao afirmar o seguinte, por meio de vídeo publicado em uma rede social:

Eu sei que temos que chorar e vamos chorar pelas pessoas que morreram por conta do coronavírus. Vamos isolar os idosos, aqueles com problemas de saúde, mas não podemos por conta de 5 mil pessoas que vão morrer... eu sei que é grave, que é um problema, mas o que é mais grave no Brasil é que ano passado morreram mais de 57 mil pessoas foram assassinadas no Brasil, mais de 6 mil por desnutrição, 5.400 de tuberculose (*apud* CATRACALIVRE, 24/03/2020).

Na ocasião, a previsão era de que o Brasil atingiria entre cinco a sete mil mortos nas próximas semanas. Quando este editorial era concluído, o Brasil havia atingido o registro de mais de 20 mil mortos por doença causada pelo COVID-19, com previsão de alcançar o número de 25 mil em breve. Se considerarmos que o país é um dos que menos testa a população para verificar o contágio, significa que o número de mortos seja bem maior do que os registrados. Falam-se em pelo menos 15 vezes mais. Insensível a esta realidade, o próprio presidente da república chegou a defender o seguinte: "Eu já disse, 70% da população vai ser infectada (pelo novo coronavírus). Pelo que parece, todo empenho para achatar a curva (de crescimento dos casos) foi inútil. Qual a consequência colateral disso? Desemprego. O povo quer voltar a trabalhar" (BOLSONARO *apud* SOARES, 2020, s./p. – *texto em html*). Mais uma vez o anticientificismo e o negacionismo manifesto em ações concretas, permeado de postura autoritária como, por exemplo, a forma como o próprio presidente lida com a imprensa.

Ainda que Bolsonaro seja a representação da opção burguesa pela via neofascista para o enfrentamento da crise orgânica do capital no Brasil, há evidências de que tal crise está longe de ser superada. Até porque não se trata de uma crise de uma nação ou outra. Também não se trata de uma crise provocada pela Pandemia do Coronavírus. Esta crise já

estava colocada antes mesmo da pandemia existir e seus sinais já estavam evidentes, conforme constata Melo Filho (2020, p. 75):

A crise financeira mundial atingiu o seu ponto culminante em setembro de 2008 com colapso do banco estadunidense Lehman Brothers. Eliminou 13% da produção e 20% do comércio mundial e produziu uma fase de depressão que, mesmo antes da pandemia de Covid-19, não afastava a possibilidade de uma estagnação de longo prazo.

As medidas tomadas pelos governos para responder à crise orgânica do capital ao longo de décadas de hegemonia neoliberal colocaram em xeque sua capacidade para enfrentar a atual Pandemia, impondo à Burguesia a necessidade de recuar em sua gana pelo fundo público exclusivamente em benefício próprio, em detrimento da classe trabalhadora. Ao que tudo indica, a agenda neoliberal está se mostrando completamente incapaz de gerir os impactos da Pandemia do Coronavírus na economia:

Os especialistas dão como certa uma crise econômica mundial, não apenas por conta da recessão decorrente da pandemia, mas como consequência da falta de coordenação de políticas globais, que hoje é menor do que na crise financeira de 2008-2009. A falta de respostas conjuntas aos efeitos da Covid-19 evidencia a adoção de medidas protetivas pelos diversos países, o que poderá determinar a viabilização de um ritmo de crescimento rápido, sustentável e inclusivo no período que se seguirá (MELO FILHO, 2020, p. 77).

Nem mesmo em sua vertente mais ultradireitista a burguesia apresenta capacidade para gerir os efeitos econômicos da Pandemia. Mas há e vidências de que esta incapacidade já estava posta, a Pandemia serviu apenas para evidenciá-la:

O neoliberalismo é uma experiência fracassada. No final de 2019, antes da Covid-19, os principais executivos das duzentas maiores corporações americanas, reunidos no Business Roundtable, concordaram em que as premissas neoliberais estão erradas, causaram absurda concentração de renda que põe em risco o próprio capitalismo, e, assim, devem ser revistas. Nos últimos quarenta anos, a concentração de renda triplicou, sem que isso trouxesse qualquer benefício para o conjunto da sociedade. O crescimento norte-americano é baixíssimo e é evidente a regressão social, a despeito de baixas taxas oficiais de desemprego (MELO FILHO, 2020, p. 81-82).

Nem mesmo figuras grotescas como Trump e Johnson ou versões subalternas e dependentes destas figuras como o presidente Bolsonaro têm sido capazes de produzir resultados concretos na busca visceral da burguesia por recomposição de suas bases de acumulação de capital. Afinal, a opção de reorientar o uso do fundo público em favor dos grandes empresários, em detrimento das políticas sociais direcionadas à classe trabalhadora tornou-se o “calcanhar de Aquiles” da burguesia para enfrentar o impacto da pandemia nas economias de todo o mundo. Talvez, nem mesmo o carisma de Putin e Merkel com suas proposições menos conservadoras possam dar conta da humanização do capitalismo a ponto de conseguir redesenhar a economia. No máximo vivenciaremos um reordenamento geopolítico da dominação capitalista, onde a China certamente assumirá papel de destaque. Observe-se que, “após a crise de 2008, em apenas seis anos, a China dobrou suas reservas internacionais, passando a 4 trilhões de dólares, em 2014, enquanto os Estados Unidos acumularam uma dívida de 6 trilhões de dólares com o resto do mundo, chegando a 300% do PIB” (MELO FILHO, 2020, p. 82).

Por outro lado, ainda que se concretize esse reordenamento da geopolítica do poder na sociedade de classes, é fato que com ou sem pandemia a hegemonia burguesa já estava

abalada e a busca por regularidade está cada vez mais frágil. Sua insistência em um modelo de desenvolvimento cada vez mais competitivo e excludente chegou ao seu limite e a Pandemia do Coronavírus só serviu para desanuviar esta realidade:

A ideia conservadora de que não há alternativa ao modo de vida imposto pelo hipercapitalismo em que vivemos cai por terra. Mostra-se que só não há alternativas porque o sistema político democrático foi levado a deixar de discutir as alternativas. Como foram expulsas do sistema político, as alternativas irão entrar cada vez mais frequentemente na vida dos cidadãos pela porta dos fundos das crises pandêmicas, dos desastres ambientais e dos colapsos financeiros. Ou seja, as alternativas voltarão da pior maneira possível (SANTOS, 2020, p. 46-47).

Muitas analistas corroboram esse o aspecto que está bem evidente na conjuntura atual: o neoliberalismo como alternativa de recomposição burguesa está definitivamente fracassado. Como afirma Antunes (2020, p. 98), o rei está nu:

Agora, entretanto, o *rei está nu*: a essência perversa e destrutiva do sistema de metabolismo antissocial do capital destrói o trabalho e a humanidade, destrói a natureza, explora e oprime intensamente as mulheres, os negros e as negras, os/as indígenas, impede a busca vital da *igualdade substantiva*, a felicidade da juventude, a plena liberação sexual, etc. É chegada a hora de obstar, barrar, travar e impedir mais devastação, mais sujeição, mais desumanização.

Portanto, é inegável que a Pandemia do Coronavírus trouxe à tona a crise do contrato social firmado no contexto da hegemonia neoliberal que nem mesmo a opção pela via ultradireitista tomada por algumas nações tem sido capaz de contornar:

O coronavírus expôs a fragilidade da vida social. Também revelou que uma grande parte dessa fragilidade é resultado não da pandemia ou da tentativa de combatê-la, mas que foi incorporada ao sistema por meio de políticas deliberadas. A preocupação é que, além da pandemia e das medidas temporárias anunciadas, [...] as questões de pobreza e desigualdade sejam novamente ignoradas (MALIK, 2020, s/p.).³

Mas como explorar esta conjuntura em favor da vida? Como fazer prevalecer os interesses coletivos em detrimento de interesses individuais? Sabe-se que o contrato social firmado na era neoliberal está amparado em bases ideológicas que disseminam formas pseudocientíficas de apreensão da realidade. Nesse aspecto, valoriza-se a local, o particular, o efêmero em detrimento da apreensão objetiva dos elementos que articulam e dão sentido ao bloco histórico que condensa as diversas particularidades da vida social. Para uma reversão desta conjuntura em favor da vida, da dignidade humana, da solidariedade, seria imprescindível a construção de uma nova sociabilidade. Para isto, é preciso romper com as leituras superficiais da realidade, elucubrações ou mesmo narrativas da vida cotidiana baseada em olhares cada vez mais particularistas, de modo que o próprio critério

³ Tradução livre do original em inglês: “Coronavirus has exposed the fragility of social life. It has revealed, too, that a large measure of that fragility is the result not of the pandemic, or of the attempt to combat it, but rather has been built into the system through deliberate policy. The worry is that beyond the pandemic, and the temporary measures announced, [...] the issues of poverty and inequality will once more be ignored”.

de cientificidade é colocado em xeque. É preciso romper com o relativismo corrente usado como argumento metodológico. Afinal,

A partir dessa banalização do fazer científico, ofuscam-se aspectos teóricos e metodológicos de interpretação do fenômeno social, concebendo o pensamento social como mera narrativa especulativa, desprovida de qualquer compromisso de apreensão das contradições que comportam sua concreticidade. Invariavelmente, esse método analítico – ou negação da própria ideia de método – abstém-se de qualquer consideração da totalidade em que o objeto de análise se insere, de modo a atribuir a seu caráter particular, a sua especificidade, absoluto potencial explicativo da realidade, sem qualquer preocupação com as relações que este objeto comporta entre si e outros elementos da realidade social (SOUZA, 2018, p. 266-267).

E neste aspecto, o trabalho editorial se institui como campo de disputa política e ideológica também. O trabalho editorial é fundamental para a socialização democrática do conhecimento científico. Trata-se de um trabalho complexo que, além da relação autor/editor/ revisor, na maioria das vezes se desenvolve em ambientes universitários ou centros de pesquisa que, em sua maioria são públicos e estão sob o satélite de agências de fomento à pesquisa e da política de ciência e tecnologia do país. Mesmo que o produtivismo acadêmico conduza a maior valorização da quantidade do que da qualidade, tudo indica que a conjuntura segue em direção a uma realidade em que o comprometimento social dos periódicos científicos jamais será desconsiderado.

A Pandemia do Coronavírus definitivamente denuncia não só os limites da recomposição burguesa via neoliberalismo para superar a crise orgânica do capital, como também denuncia os limites do corporativismo, do individualismo e do particularismo e do anticientificismo. Mas também esta realidade nos evidencia que o cientificismo está bem longe de ser a alternativa para combater o terraplanismo como método, por exemplo. Se estamos convencidos de que a negação da realidade objetiva e empiricamente constatável é uma atitude ideologicamente comprometida com a manutenção da hegemonia burguesa, também deve estar bastante claro que a afirmação da superioridade da ciência sobre todas as outras formas de apreensão da realidade (religião, filosofia metafísica, arte etc.) é um contrassenso. Justamente por esta razão, os periódicos científicos precisam abdicar de seus “pedestais” de culto à superioridade cientificista e colocar-se mais próximos dos problemas reais da vida. É preciso tornar a comunicação científica mais organicamente envolvida com os problemas reais que assolam a humanidade.

Mas como fazer isto com as políticas de avaliação de periódicos científicos em curso? Talvez este seja o maior desafio para o trabalho editorial do país: equacionar a garantia de qualidade científica dos periódicos sem comprometer sua capacidade de interação com o meio social em que se inserem. A produção de conhecimento, o confronto de ideias, o debate profícuo não pode ser comprometido em nome de um processo competitivo entre os periódicos em que a quantidade produzida em menor tempo seja o critério de avaliação mais importante. Os tempos caminham para exigências de maior impacto social do trabalho editorial e o produtivismo exacerbado que se construiu no campo editorial não coaduna com essas exigências. Afinal, compreender impacto social de um periódico como algo a ser medido pela quantidade de citações contabilizadas pelo Google Acadêmico, por exemplo, está bem distante das demandas que a humanidade tem no momento. Estas

demandas não foram geradas pela Pandemia do Coronavírus, elas já existiam bem antes. Mas é verdade que estes tempos estão servindo para que demandas antes negligenciadas, hoje sejam mais bem reconhecidas, a contragosto de muitos que estão empenhados em conservar ou acirrar ainda mais a métricas atuais de qualidade dos periódicos.

Referências

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo, SP: Boitempo, 2000.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pósneoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. O vilipêndio do coronavírus e o imperativo de reinventar o mundo. In: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Orgs.). **Quarentena**: reflexões sobre a pandemia e depois. Bauru: Canal 6, 2020. p. 181-188.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2000.

BARBOSA, Gustavo Freire. Além da Terra plana: o terraplanismo como método do governo Bolsonaro. **Carta Capital**, 15 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/alem-da-terra-plana-o-terraplanismo-como-metodo-do-governo-bolsonaro/>, acesso em 20/05/2020.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. A finança e o coronarírus. In: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Orgs.). **Quarentena**: reflexões sobre a pandemia e depois. Bauru: Canal 6, 2020. p. 121-134.

CATRACA LIVRE. Dono do Madero critica combate ao coronavírus e revolta a web. **Catraca Livre**, 24/03/2020, às 00h11min. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/dono-do-madero-critica-combate-ao-coronavirus-e-revolta-a-web/>, acesso em 20/05/2020.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1997. 335 p

CHOMSKY, Noam. Capitalismo selvagem e a sobrevivência da humanidade. In: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Orgs.). **Quarentena**: reflexões sobre a pandemia e depois. Bauru: Canal 6, 2020. p. 151-160.

CONTRAF-CUT. SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO. **Em três meses, Temer perdoa quase R\$ 30 bi dos bancos**. São Paulo: CONTRAF-CUT, 07/08/2017 19:31 / Atualizado em 09/05/2018 19:43. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/08/2017/em-tres-meses-temer-perdoa-quase-r-30-bi-dos-bancos>, acesso em 20/05/2020.

COSTA, Flávio. Homem que atacou enfermeiras trabalha para o Ministério de Direitos Humanos. UOL, em São Paulo, 05/05/2020 18h34. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/05/servidor-terceirizado-de-ministerio-de-direitos-humanos-agrediu-enfermeiras.htm?cmpid=copiaecola>, acesso em 20/05/2020.

DOWBOR, Ladislau. Além do corona vírus. In: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Orgs.). **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. Bauru: Canal 6, 2020. p. 113-120.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Free to Choose: a personal statement**. New York: Harcourt, 1990. 338 p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 14ª edição. São Paulo: Loyola, 1992. 349 p.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. Tradução de Jose Italo Stelle; Liane de Moraes Ribeiro; Anna Maria Capovilla. São Paulo: LVM, 2010. 232 p.

HOBBSBAWN, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX**. Trad. de Marcos Santarrita. 10. ed. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2008.

LOPES, Rodrigo. Quem são os líderes da direita ultraconservadora que influenciam Bolsonaro. **GaúchaZH**, 16/08/2019, 21h41min. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/08/quem-sao-os-lideres-da-direita-ultraconservadora-que-influenciam-bolsonaro-cjzetf00j03gb01pa26est4yw.html>, acesso em 20/05/2020.

LÖWY, Michael. "Gripezinha": o neofacista Bolsonaro diante da epidemia. In: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Orgs.). **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. Bauru: Canal 6, 2020. p. 147-150

MALIK, Kenan. Coronavirus exposes society's fragility. Let's find solutions that endure once it's over. **The Guardian**, Sun 22 Mar 2020 09.00. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/mar/22/coronavirus-exposes-society-fragility-find-solutions-that-will-endure>, acesso em 20/05/2020.

MELO FILHO, Hugo Cavalcanti. De Bretton Woods a Wuhan e além. In: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Orgs.). **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. Bauru: Canal 6, 2020. p. 71-88.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo: Campinas: Edunicamp, 2002.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. A Crise e o Ensino de Ciências. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 19, n. 62, p. 151-172, Apr. 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301998000100008>.

PODER-360. **Após perdão de R\$ 25 bilhões, Itaú tem lucro 19,64% maior no 1º trimestre**. S./l., 03/maio/2017 - 10h30. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/apos-perdao-de-r-25-bilhoes-itaú-tem-lucro-1964-maior-no-1o-trimestre/>, acesso em 20/05/2020

SANTOS, Boaventura de Souza. Vírus: tudo que é sólido se desmancha no ar. In: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Orgs.). **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. Bauru: Canal 6, 2020. p. 45-49.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO RIO DE JANEIRO. **Bolsonaro deu R\$1,2 trilhão aos bancos mas reduz salários dos trabalhadores**. Rio de Janeiro, 02 Abril 2020 20:07. Disponível em: <https://www.bancariosrio.org.br/index.php/noticias/item/4423-bolsonaro-deu-r-1-2-trilhao-aos-bancos-mas-quer-cortar-ate-100-dos-salarios-dos-trabalhadores>, acesso em 20/05/2020.

SINDSEP-PE/SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Temer oficializa o fim do Farmácia Popular**. Recife: 23/05/2018. Disponível em: <https://www.sindsep-pe.com.br/noticias-detalle/temer-oficializa-o-fim-do-farmacia-popular/8575#.Xs4q1m5Fycw> , acesso em 20/05/2020.

SOARES, Ingrid. Bolsonaro diz que isolamento social contra coronavírus foi "inútil". **Correio Brasiliense**, em 30/04/2020 21h:01min. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/30/interna_politica.850258/bolsonaro-diz-que-isolamento-social-contra-coronavirus-foi-inutil.shtml , acesso em 20/05/2020.

SOUZA, José dos Santos. Gerencialismo. In: SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte (Organizadora). **Organização institucional e acadêmica na expansão da educação superior**: glossário. Rio de Janeiro: Publit, 2017. p. 54-58.

UOL. Brasil chega a quase 20 mil casos de covid em 24 h e aposta em cloroquina. Por: Arthur Sandes, Carolina Marins e Juliana Arreguy. **UOL-Notícias**, São Paulo, 20/05/2020, 18h49, atualizada em 20/05/2020 19h53. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/20/coronavirus-covid19-casos-mortes-brasil-20-maio.htm> , acesso em 20/05/2020.

UOL. Com mais de mil mortes em um dia, Brasil tem um óbito a cada 73 segundos. Por: Arthur Sandes. **UOL-Notícias**, São Paulo, 19/05/2020, 19h20, Atualizada em 20/05/2020 12h26. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/19/covid-19-mortes-por-segundo-no-brasil.htm> , acesso em 20/05/2020.

José dos Santos Souza

Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com Pós-Doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP. Atua como professor de Economia Política da Educação e de Política Educacional do Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde também integra o quadro docente do Programa de Pós-graduação em Educação Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc), do qual foi coordenador durante o biênio (2015-2016), e o quadro docente do Curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Educacional (CEGE), do qual é atual Coordenador. É líder do Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS/UFRRJ) e membro do Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses (GEMT/UNICAMP). Além de Editor da Revista Trabalho, Política e Sociedade (RTPS), é membro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) e da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE).

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5433-0812>

E-mail: jsantos@ufrj.br



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)